



CNJ encontra sinal suspeito em provas para juízes

O Conselho Nacional de Justiça encontrou marcas suspeitas em dez provas do último concurso para a magistratura fluminense. A descoberta, que ainda precisa ser comprovada por perícia técnica, reforça a denúncia de que o concurso foi fraudado.

Entre as dez provas encaminhadas ao Instituto Nacional de Criminalística (INC), sete são de parentes de desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A informação é do jornal *O Globo*.

Em despacho assinado no dia 5, o conselheiro Alexandre de Moraes, relator do procedimento aberto para investigar fraudes no concurso, disse que a análise detalhada das provas específicas feitas pelos candidatos aponta, em princípio, “a presença de citadas marcas identificadoras, que podem ter tido a finalidade de identificação das provas e, conseqüentemente, de fraudar o necessário sigilo do concurso público”.

As provas, segundo o despacho, possuem uma marca de “*liquid paper*” (líquido corretivo) na terceira linha da primeira resposta de Direito Tributário. O relator pediu à perícia para checar se as marcas podem ter constituído um código de identificação das provas, de maneira a fraudar o sigilo das correções.

Da lista de dez nomes, seis estão entre os 24 aprovados no último concurso. A apuração de possíveis fraudes no concurso começou há quase três meses, quando o CNJ recebeu denúncia do Conselho Federal na OAB e da OAB-RJ sobre a quebra de sigilo dos gabaritos do concurso.

Na ocasião, um dos examinadores, o tributarista Ricardo Cretton, em entrevista ao jornal *O Globo*, disse que havia descoberto uma prova com respostas que reproduziam literalmente o seu gabarito.

Cretton também estranhou o desempenho de outra candidata, Ludmilla Vanessa Lins da Silva, incluída entre os aprovados. Na prova oral de Tributário, ele deu à candidata nota um pelo que alega ter sido um fraco desempenho. Como ela obteve média cinco neste exame, os outros dois examinadores, ambos na OAB, deram as notas oito e seis, o que revela uma inédita discrepância de resultados.

Ludmilla Vanessa Lins da Silva é professora do curso de Direito da Universidade Estácio de Sá, onde é colega do ex-presidente do TJ-RJ, desembargador Sérgio Cavalieri (ambos dão aulas de Responsabilidade Civil).

Date Created

11/06/2007